

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO

Tipo do Relatório:	() Parcial (x) Final
Programa:	☐ PIBIC/CNPq/UFPI ☐ PIBIC-Af/CNPq/UFPI ☒ ICV/UFPI ☐ PIBIC-EM/CNPq/UFPI
Título do Plano de Trabalho:	Os Projetos e cursos de extensão universitária desenvolvidos pelos docentes do departamento de Serviço da UFPI
Nome do Orientador(a):	Teresa Cristina Moura Costa
Nome do Orientando(a):	Isadora Ravenna de Brito Pedreira

PARTE II – RELATO TÉCNICO-CIENTÍFICO

1. Introdução

O ensino superior tem como uma de suas principais características o tripé universitário, que é constituído de ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, sabe-se que com o longo processo histórico a educação brasileira não era destinada a todos os cidadãos e constituía-se como um projeto educacional, político e social elitista, como no caso das atividades de extensão, que por muito tempo tinha em suas ações, características voltadas a prestação de serviços de caridade sem perspectiva de uma troca de conhecimentos ou algo que se relaciona ao objetivo que se propõe a extensão universitária.

Desse modo, pode-se estudar o lugar da extensão universitária no curso de Serviço Social, em específico na Universidade Federal do Piauí, seguindo o pressuposto de Yamamoto (2000) que a profissão é “produto histórico” e portanto não está distante das metamorfoses da sociedade como um todo. Assim é importante pontuar que o Serviço Social, ao longo do seu processo histórico, passou por diversas transformações, sejam elas no âmbito social, cultural ou político –entre eles o “Movimento de Reconceitualização¹”, que tem como principal resultado a aproximação com as vertentes marxistas e o entendimento da sociedade sob um viés de totalidade para a profissão, inclusive das relações sociais e tudo que a constitui, fazendo com que uma postura mais crítica da realidade passasse a ser adotada. Nesse sentido, o caminho percorrido pela extensão também passou por diversas modificações, de forma em que acompanhava os processos históricos da sociedade, estando aí, a relação entre o contexto histórico e a formação dos profissionais, nesse caso, Assistentes Sociais, que é proposta nas Diretrizes curriculares da ABEPSS com a apreensão crítica da sociedade.

No que tange o plano de pesquisa “Os projetos e cursos de extensão universitária desenvolvidos pelos docentes do departamento de Serviço da UFPI”, o qual articula com o projeto de pesquisa “O lugar da extensão universitária no curso de serviço social da UFPI e as tendências no processo de curricularização da extensão”, faz-se um resgate dos projetos, eventos, programas e cursos desenvolvidos durante esses quase cinquenta anos de implantação do curso pelas docentes do Departamento de Serviço Social buscando entender como se deu esse processo frente às dificuldades e desafios institucionais da época, os resultados e contribuições tanto para dentro e para fora dos muros da universidade, visando entender e perceber as dinamicidades da extensão na Universidade Federal do Piauí.

Para tanto, a construção deste relatório final se deu através de revisões bibliográficas, documentais e no levantamento de informações no site da UFPI e no acervo do Programa Memória do Serviço Social no Piauí, para que haja a compreensão dessas ações ao longo dos anos até os dias atuais com o acervo encontrado e disponibilizado pelo Programa de extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” que tem por objetivo a preservação documental, histórica e da memória do patrimônio do curso de Serviço Social da UFPI, seguindo a perspectiva de Tourain (2012) em que pressupõe que a memória é o terreno fértil onde a história se desenvolve e, por sua vez se alimenta, contribuindo para a compreensão da dinâmica social.

¹ Movimento de Reconceitualização é “um importante momento do Serviço Social, pois é partir daí que surge uma outra visão acerca da prática profissional, voltada a uma análise crítica da realidade social, buscando assim um melhor desempenho no agir profissional ao atender as demandas da questão social, pautado em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas tradicionais do Serviço Social.” (Viana et al. 2017)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

2. Revisão de Literatura

A educação superior no Brasil, segundo Minto (2004), começou o seu processo de expansão a partir dos anos 90 com as reformas no ensino, caracterizado pela ampliação do setor privado, processo esse denominado de “privatização” e advindo da lógica neoliberal e que possui como uma de suas características mais marcantes o “Estado máximo para o capital e mínimo para a sociedade”, ou seja, o estado depende quase que totalmente do capital. Esse cenário, no entanto, ainda permanece atualmente, haja vista os desmontes nas universidades e setores da educação como um todo corroborando para esse cenário e inclusive atingindo principalmente, o tripé universitário, esse que mesmo estando assegurado na Constituição Federal de 88, através da mobilização da sociedade para uma melhoria na qualidade educacional, enfrenta dificuldades e desafios no seu processo de execução nas Universidades Federais.

Portanto, ao tratar sobre essa tríade, cabe destacar que dos três, a extensão universitária é a mais prejudicada e como pontua, Ferraz (2019, p.29) sempre teve o seu lugar “deixado de lado” ou entendido como uma “mera prestação de serviços”. Além disso, Ferraz (2019) ainda destaca que apesar da criação de diretrizes para a sua implantação, a sua finalidade e sua importância é diminuída ou até mesmo modificada. Diante disso, cabe ressaltar a Lei de Bases da Educação (lei nº 4.024/61) que a definiu como “cursos a serem ministrados apenas as pessoas que já estavam inseridos na universidade” reforçando o que a autora denomina de “ações inexpressivas”, pois o principal intuito das atividades de extensão é “alargar junto à sociedade os construtos da pesquisa e do ensino” (Ferraz, 2019).

Assim, através dessa ideia estabelecida na lei, a extensão não tinha a real efetivação do seu papel-que até então entende-se como a aproximação entre a sociedade e a universidade e tornar o aprendizado mais eficaz com vivências e experiências no cotidiano e na observação das expressões da questão social para além da teoria. Seguindo essa perspectiva histórica, é importante pontuar, que nos anos ditatoriais a extensão tinha esse caráter assistencial bastante visível e tinha uma vinculação com o estágio, esses que aconteceram principalmente nos “Centros Culturais de Tratamento e Ação Comunitária” e no “Projeto Rondon”, que ocorreram no contexto ditatorial. Cabe destacar que Serviço Social, executou extensão antes mesmo das normativas e em contexto de ditadura militar, a qual ficou conhecida como “Método de BH²”, que ocorreu no ano de 1970, no processo de renovação do serviço social e das atualizações do campo universitário, vide as mudanças históricas na sociedade.

No seu percurso inicial, a extensão universitária não teve o seu devido reconhecimento, como já exposto, uma vez que era reconhecida como mera prestação de serviços. Desse modo, essas concepções acabaram por precarizar a formação acadêmica, uma vez que ela, segundo o FORPROEX (2012, n.p.42) “tem a missão de estar integrada às comunidades, assumindo uma postura de desenvolvimento humano, social, educativo e político a partir das diferentes realidades.” o que contribui para que a prática profissional esteja alicerçada com a teoria, de forma que quando os discentes ingressam nos campos profissionais, já tenham ideia da dinamicidade da sociedade.

Nesse sentido, com as modificações sociais e o decorrer do processo histórico e de novos conhecimentos, e percepção mais críticas as ações denominadas extensão universitária passam a ganhar um novo sentido, mas que, segundo Gadotti (2017) a extensão sempre “se preocupou em manter vínculos com a sociedade”, se mostrando resistente e sempre buscando a concretude de um espaço de acesso ao conhecimento. Ademais, Ferraz (2019) destaca que em 1979, foi aprovado o novo currículo mínimo (aprovado em 1982 pelo MEC), esse currículo, no entanto, não fez abordagens sobre a extensão universitária, pois possuía moldes desenvolvimentistas. Somente em 1975, a “Coordenação de atividades Acadêmicas de Extensão” (CODAE), essa que “amplia a responsabilidade MEC junto a extensão, colocando-o como coordenador nacional” (Ferraz, 2019. P.37) o que faz com que o “Plano de Trabalho de Extensão Universitária” seja articulado para que MEC passa a propor a política de extensão para as universidades da forma que acompanhe a execução das atividades realizadas pelas universidades, mas conforme cita a autora esse plano, “não aponta limites para atuação do Ministério, deixando a universidade sem autonomia e no papel de executora” (idem,2019).

² O Método de BH, que é datado da década de 1950, tinha uma ideia de uma mais coletiva, baseada na análise das condições materiais de vida das pessoas e nas contradições sociais da época, assim ele surgiu como uma resposta às limitações do modelo tradicional da profissão, que focava mais em uma abordagem assistencialista e individualista. Portanto, Ferraz(2019) destaca que ele foi implementado como uma atividade de extensão voltada para integrar o conhecimento acadêmico com as demandas da sociedade.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

Além disso, com a implantação do Plano Nacional (2014/2024), tem-se o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que traz consigo a superação da ideia de extensão apenas como cursos e prestação de serviços, sendo portanto entendida como um processo onde pode-se encontrar cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa, projetos de ação comunitária, difusão cultural e entre outras ações que sejam vinculadas a sociedade onde as universidades estão inseridas, possibilitando um diálogo e reciprocidade entre a sociedade e as universidades sendo de grande importância para o desenvolvimento e o envolvimento social nessas instituições. Porém, neste mesmo período, no Brasil, o cenário político, tinha grande influência nas decisões de grande parte das ações, mas, Ferraz (2019) deixa claro que apesar disso, era possível observar manifestações contrárias ao poder ditatorial. Assim, após esse período onde as ações extensionistas restringiram-se as classes sociais dominantes, e devido a essas repressões ao governo, tem-se o fortalecimento da sociedade civil e juntamente a isso, a concepção devida do tripé universitário: ensino pesquisa e extensão, mas ainda assim, sem o seu devido lugar consolidado.

Sobre a relação entre a Extensão Universitária e o Serviço Social, Ferraz (2019) ressalta que em função de sua natureza interventiva, sempre se manteve intimamente ligado às diferentes realidades sociais, principalmente por atuar diretamente nas expressões da questão social. Assim a atuação com as populações pauperizadas, historicamente excluídas dos direitos sociais básicos, se alinha com o contexto e os objetivos da extensão universitária que busca promover a interação entre a universidade e a sociedade, especialmente em espaços de vulnerabilidade.

Nesse sentido, o Serviço Social, que desde os seus primórdios, se destacou através de iniciativas como o "Desenvolvimento de Comunidade" e projetos de educação popular, que visavam estimular a organização coletiva e a construção de alternativas frente às desigualdades sociais, porém com o desenvolver das relações sociais e conhecimento de mundo, o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, importante movimento que ocorreu na América Latina, faz com que essa direção passe a tomar rumos diferentes, com a aproximação com a vertente marxista e com isso tem-se uma visão mais ampla onde o trabalho profissional e a formação dos (as) assistentes sociais muito por conta das Diretrizes Curriculares³ que balizaram a criação de currículos com essas novas vertentes.

Assim, nesse período a construção de um projeto ético-político passa a se tornar crucial, uma vez que de acordo com Netto(2006) diz respeito à construção de uma auto-imagem profissional voltada para um projeto de sociedade com valores democráticos que balizam o exercício profissional diante dos usuários e instituições, ou em outras palavras, a atuação profissional dos(as) assistentes sociais perante as expressões da questão social, como também na formação dos mesmos. Nisso, pode-se destacar o surgimento de órgãos representativos do Serviço Social que buscam garantir a efetivação desse projeto, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e portanto, passou a fazer parte da agenda do Serviço Social a necessidade de reestruturar o ensino, com o objetivo de formar profissionais, inclusive com as Diretrizes Curriculares, que fomentam essa formação para que estejam aptos a responder, de maneira eficaz e competente, às novas exigências colocadas pela sociedade brasileira – em resumo, a criação de um novo perfil profissional e consequentemente isso tem rebatimentos no processo de extensão nos cursos de Serviço Social, assim passando por uma reatualização dos seus pressupostos.

³ As Diretrizes Curriculares do curso de serviço social, foram instituídas pela Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, estabelecem a formação dos assistentes sociais no Brasil com o objetivo de capacitar os profissionais para uma atuação crítica e comprometida com a transformação social. Segundo a Resolução, “a formação deve possibilitar a análise crítica da realidade social, das expressões da questão social, da mediação entre o particular e o universal e da complexidade da vida social” (BRASIL, 2002, p. 4).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

Para além disso, âmbito nacional, com a criação do FORPROEX⁴, em 1987, segundo Gadotti (2017, p. 03) “a extensão universitária passou a valorizar o reconhecimento do saber popular e a troca de saberes universidade-sociedade” onde pode-se ressaltar a relação entre teoria e prática, essa que trazendo para o âmbito do serviço social de acordo com Mota (2013) não existe uma dicotomia entre a prática e a teoria, pois uma necessita da outra. Ademais, a extensão universitária na Universidade mesmo antes das normativas serem estipuladas, já existiam, principalmente no curso de Serviço Social que

Por ser uma profissão histórica e inserida na realidade a formação em Serviço Social vai ser desafiada a refletir sobre a concepção e ação de extensão que convergem com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas construída hegemonicamente pela categoria, balizadas na leitura e intervenção crítica na realidade social” (Costa; Pereira. 2022[n.p]).

Isso corrobora com os pressupostos dispostos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) “o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (p.5). Assim, com uma formação acadêmica que tenha o tripé universitário de forma indissociável no currículo, e que se ampara nas dimensões investigativas e interventivas como condições e princípios, a existência de ações extensionistas só tem a agregar ainda mais para a formação, haja vista que o serviço social tem como principal foco a atuação frente às expressões da questão social. Ademais, de acordo com as diretrizes gerais para o curso de serviço social da ABEPSS, a qual tem como primeiro princípio a “apreensão crítica do processo histórico da realidade” deixa evidente que no processo de formação profissional a “indissociabilidade nas dimensões do tripé universitário” (ABEPSS,1996), assim, contribuindo para a prática em conjunto com a teoria.

O processo de Curricularização da extensão, segundo o Plano Nacional da Educação (PNE) e que “desafia o coletivo universitário a assumir a necessidade de ressignificação de suas concepções sobre educação sociedade e práticas pedagógicas na Educação Superior(Andrade; Morosini; Wiebusch, s/d. n.p). Nesse contexto, os autores pontuam a necessidade de articulação com as Pró-reitorias a fim de criar novas normas para que as atividades de extensão cumpram o seu papel tanto para a sociedade como para os discentes e docentes das universidades, pois para que a meta estabelecida no PNE da inclusão dos 10% da carga horária total dos cursos sejam destinados para tal, algumas mudanças precisam partir das mesmas, como as questões de carga horária dos docentes, pois segundo assevera Ferraz (2019) não há a compensação de cargas horárias as mais para docentes que se dispõem a coordenar programas e projetos de extensão fora do seu horário de trabalho, e portanto, acabam por reduzir ações de extensão das universidades e consecutivamente enfraquecendo mais ainda a tríade universitária.

A extensão universitária, nas universidades percorreu longos caminhos, e em todo esse processo, é importante pontuar a importância dos projetos Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária⁵

⁴ A criação do FORPROEX foi em 1987, mas sua organização só foi ter uma estrutura formada em 2010 “Em reunião ocorrida em 26 de novembro de 2010, na Universidade Federal do ABC, no estado de São Paulo, o Fórum aprovou sua proposta de regimento, por meio do qual definiu, de modo mais preciso, sua estrutura e funcionamento. Concebido como uma entidade voltada para a articulação de políticas de extensão, o Forproex foi formado pelos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas, ou órgãos equivalentes, e foi estruturado em torno de uma coordenação geral formada por um Presidente e seu vice e cinco coordenações regionais, correspondentes a cada região geográfica do país. No seu processo de organização, foram definidas, também, coordenações temáticas em torno de questões como cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho, saúde.” (Rodrigues, 2015,p. 392)

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão que define a extensão como “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 15) e ainda destaca que ela “[...] denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.” (FORPROEX, 2012, p. 16).

⁵ O CRUTAC não será abordado nesse relatório, pois há um outro plano de trabalho que aprofunda essa temática.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

(CRUTAC) e RONDON os quais, como mencionado anteriormente, tinham ligação com os estágios. Assim, ao se relacionar com a temática em questão, o surgimento da “extensão universitária” surge no século XIX, onde se relaciona com a necessidade da universidade em contribuir com as demandas da Revolução Industrial e do desenvolvimento do trabalho com a comunidade. Um desses projetos, gira em torno do projeto federal denominado “Fundação Rondon”.

Assim, inspirado em Marechal Rondon, que é conhecido pelo seu trabalho árduo na proteção aos povos indígenas e suas contribuições referentes ao conhecimento científico no território do Amazonas, o Projeto Rondon, surgiu em 1967 inspirado em trazer uma integração nacional e desenvolver as regiões mais desfavorecidas no Brasil. Nesse contexto, vale ressaltar o período em que se encontra esse novo projeto, assim, Pravato (2011, p. 21) ressalta que após o Golpe de 1964, os jovens e estudantes encontravam-se insatisfeitos com a realidade, aumentando assim, a quantidade de manifestações, conflitos e movimentos de massa, a exemplo da União Nacional dos Estudantes (UNE), em que “Os jovens se preocupavam em construir uma sociedade mais justa, sobretudo se interessavam por problemas específicos da educação” e tinham grande disposição para contribuir com o desenvolvimento brasileiro, começavam a se discutir a necessidade da reformulação do ensino superior brasileiro. Assim, a UNE buscou em uma de suas primeiras ações, promover o Primeiro Seminário da Reforma Universitária, que tinham como principal foco, a reivindicação da participação deles nas tomadas de decisão, tendo como fruto disso, o “Declaração da Bahia”, pois

Na época, a entidade se preocupava porque a instituição universitária falhava com sua missão cultural, profissional e social, agindo num caráter antidemocrático do acesso ao ensino superior e formando profissionais individualistas, sem maior preocupação com os problemas da sociedade. (UNE, 2012)

Posto isso, Merlo(2019), destaca que “a premissa defendida dizia respeito da necessidade de inserção dos universitários do projeto de desenvolvimento do Brasil”, corroborando para o que a UNE buscava em suas reivindicações, porém, sob um viés ditatorial que tinha como objetivo a aproximação dos jovens das comunidades menos desenvolvidas, pois para eles era interessante “manter os estudantes universitários sob proteção” (Pravato, 2011, p. 22). Desse modo, segundo Mirlo (2019, p. 26) “a primeira intervenção do projeto rondon, foi denominada de “Operação Zero” e teve como principal objetivo a integração das regiões economicamente carentes de desenvolvimento”, porém, Pravato (2011) menciona que “o projeto teve forte resistência do Governo, uma vez que os estudantes viam de perto os problemas sociais em regiões onde a ação governamental não existia”, mas mesmo assim, com os apoios advindos do Ministro do Interior e do comandante do 5º BEC, os estudantes sejam de quais cursos fossem, mas especificamente, que compusessem a equipe dos médicos, assistentes sociais, engenheiros enfermeiros, geólogos e técnicos em administração, os quais eram indispensáveis. Após essa primeira operação e os frutos das ações desenvolvidas, o Projeto Rondon,

Teve apoio dos ministérios das instalações e transportes do exército, Marinha e Aeronáutica, e passou a ser coordenada pelo Ministério do Interior. Criou-se então um grupo de coordenação para organizar o projeto. A partir de então, o movimento acontecia durante as férias dos universitários e contava com participantes voluntários(Pravato, 2011. p. 23)

Dentre essas ações desenvolvidas, em caráter de Desenvolvimento de Comunidade, o Projeto Rondon tinha o seu lado “bom” para a sociedade, mas a fundo, possuía o lado quem em decorrência do seu contexto histórico, procurava atuar como um mecanismo de controle social. Desse modo, Pravato (2011,p.24) cita que através dessas ações desenvolvidas pelo Governo Militar, a partir das observações da antropóloga Ruth Cardoso “O Projeto Rondon foi criado como uma estratégia para afastar os estudantes das manifestações de oposição”, isso corrobora com o já exposto anteriormente, onde as manifestações e movimentos da sociedade frente aos acontecimentos e insatisfações perante a repressão, mas que “excluía as organizações estudantis, ou seja recusava a os manifestantes que eram contra a ditadura militar” (Pravato, 2011. p. 24).

Segundo Gurgel (1986) a época de maior institucionalização da extensão universitária foi entre 1968 - 1976, através da Lei nº 5540/68, essa que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”, onde surgem os “Campis Avançados” e quando o CODAE passa a ser instituído no Ministério da Educação. Assim, Pravato (2011), destaca que as próprias universidades eram que difundiam as atividades a serem executadas, através de treinamentos, fazendo as adaptações necessárias e a integração com a comunidade.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

O Projeto Rondon, descontinuado na década de 1980, foi reativado em 2005, visando retomar seu espírito original, adaptado às novas demandas sociais e tecnológicas. Hoje, é coordenado pelo Ministério da Defesa, com apoio de ministérios como o da Agricultura, Educação, Cidadania, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional e a Secretaria de Governo da Presidência da República.

3. Metodologia

As ações desenvolvidas consistiram em pesquisas bibliográficas e documentais com o objetivo de extrair informações que ajudem a delinear e traçar os caminhos do plano de trabalho voltado à análise dos programas de extensão promovidos pelos docentes do curso de Serviço Social ao longo dos anos. Essas pesquisas não apenas buscaram um aprofundamento teórico sobre a educação superior, mas também pretenderam compreender os conceitos de extensão universitária e suas implicações no contexto acadêmico e social. Assim, no decorrer da pesquisa, percebeu-se necessidade da mudança da direção a ser percorrida devido a análise feita nos documentos do Programa Memória do Serviço social, sendo possível observar os projetos federais Rondon e CRUTAC como primeiras extensões universitárias do curso de Serviço Social, através dos documentos de estágio vinculados ao curso.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da revisão de literatura existente sobre extensão universitária, o serviço social e a educação superior brasileira utilizando fontes acadêmicas e teóricas relevantes, como Ferraz (2019), Pravato (20011) ABEPSS (1996), Gurgel (1968) e entre outros. Ademais, a pesquisa documental será feita com a análise de relatórios finais, planos de trabalho e outros documentos do acervo do programa de extensão “Memória do Curso de Serviço Social no Piauí.”, esses documentos configuram-se como fontes primárias para a identificação de práticas, desafios e impactos dos programas de extensão ao longo do tempo. A utilização de dados disponíveis no site da UFPI e no SIGAA complementa essa análise, permitindo um entendimento mais amplo do contexto em que esses programas estão inseridos. Além disso, a sistematização e publicização de artigos em eventos científicos é uma etapa importante da metodologia, contribuindo para a disseminação do conhecimento produzido e para a interação entre pesquisadores e profissionais da área, para fortalecer a produção científica e o debate sobre a prática do Serviço Social no contexto da extensão universitária.

4. Resultados e discussão

O curso de Serviço Social tem um longo caminho onde a extensão universitária se faz presente. Assim, cabe destacar, as primeiras atividades extensionistas existentes vinculados ao Departamento de Serviço Social nos primórdios que se encontram no acervo do programa “Memória do Serviço Social no Piauí” como a exemplo do Projeto Rondon esse que tem suas primeiras aparições no ano de 1982 a 1988 onde os discentes descreviam através das suas participações as atividades práticas e suas percepções sobre o projeto além disso, constatou-se que as equipes de voluntários designadas para os locais onde o projeto estabelecia parcerias eram majoritariamente constituídas por médicos, dentistas, enfermeiros e assistentes sociais. Tais projetos incorporavam subprojetos que se desenvolviam nas comunidades, destacando-se as “Brigadas Estudantis para Trabalhos Comunitários”. Conforme descrito pelo Ministério da Defesa, atual responsável pela coordenação do projeto, essas brigadas eram compostas por estudantes de diversas áreas, incluindo saúde, engenharia, ciências sociais, entre outras, sendo encarregadas da prestação de serviços comunitários por meio de palestras, cursos e oficinas.

Os discentes de Serviço Social desse período, possuíam três disciplinas de estágio de acordo com o primeiro currículo⁶ da época, em 1976, e como componente da disciplina, tinham que entregar documentos como, relatórios, projetos de intervenção, análises institucionais e outros. Nesse contexto, foram esses documentos elaborados pelos discentes que deram maiores informações sobre os programas, uma vez que não foram encontradas informações mais abrangentes do Projeto Rondon na UFPI. Desse modo, em um desses documentos, a discente M.S.R.(1980) destacou como esse projeto de extensão atuava na sociedade e como era o sua ideologia, uma vez que era iniciativa do governo autoritário da época;

Considerando que o Rondon está situado em uma sociedade cujo o modo de produção é eminentemente capitalista, nota-se que esta instituição procura defender os interesses do sistema, no momento em que difunde a política social do governo federal (Relatório final de estágio, 1980)

⁶ Vide anexo I

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

Portanto, com esse trecho do relatório de atividades, a discente mostra o que já foi exposto anteriormente, quando a literatura estudada apontou que o governo vigente tinha como principal foco, através desses projetos, intensificar a dominância dos setores da sociedade burguesa e tinham interesses em apenas repassar as informações como forma de assistencialismo para os em vulnerabilidade social. Ademais, o Projeto Rondon, como já exposto, tem seu início no ano de 1967, quando em 1989 foi extinto pela Medida Provisória n.º 28/89, convertida posteriormente na Lei 7.732⁷.

Cabe ressaltar que a formação profissional de Serviço Social na UFPI seguiu por muito tempo com a lógica tradicional e conservadora que encontrava-se no primeiro currículo do curso, pois “o projeto formativo se articulava a uma compreensão do(a) assistente social como promotor do bem comum e do desenvolvimento(Pereira, 2024, p. 408). Assim, enquanto nas outras universidades do Brasil, havia um avanço para a aproximação da teoria marxista, na UFPI isso ainda não era visto devido ao contexto vigente, como destaca Pereira, (2024, p. 409)

Conjectura-se que isso ocorreu em decorrência da conjuntura ditatorial vivenciada, considerando que, mesmo não estando presente no documento curricular, há registros de docentes e discentes do curso de serviço social da ufpi engajados(as) na militância política da época e que tinham afinidade com a teoria marxista(...)

Dessa maneira, de acordo com o que foi pontuado por Pereira (2024) e o que foi analisado nos relatórios dos discentes da época sobre os projetos de extensão, é possível perceber que essa visão crítica, apesar de não ser de fato colocada nas ementas das disciplinas ou na grande curricular, os docentes da época sempre buscavam estimular esse olhar mais crítico e reflexivo dos discentes em sala de aula e consequentemente isso acabava por ter rebatimentos nas atividades desenvolvidas nos projetos de extensão pelos mesmos.

Tabela I- Documentos relacionados ao Rondon

LOCAL	SUBPROJETO	OBJETO/POLÍTICA	ANO
Organizações comunitárias do Bairro Ilhotas (Teresina - Piauí)	Brigadas Estudantis para trabalhos comunitários	Habitação	1998
Grupos Comunitários do Bairro Alto Alegre	Brigadas Estudantis para trabalhos comunitários	Saúde	1998
Organizações comunitárias dos bairro Planalto Ininga e ilhotas	Brigadas Estudantis para trabalhos comunitários	Habitação	1984
Organizações comunitárias do Bairro Ilhotas	Brigadas Estudantis para trabalhos comunitários	Habitação	1988
Grupo União e Escolinha tia Odineia	Não identificado	Educação	1984

⁷ A Lei 7732/89 dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

Bairros Formosa, São Benedito e São Marco - Centro Social Urbano/ Timon-MA	Programa Operação Especial Timon	Habitação	1984
Programa de Ação comunitária no Bairro Buenos Aires	Programa de Desenvolvimento de Ações e Produção	Ambiental	1982
Plano de Atuação no Bairro Buenos Aires	Projeto Saúde e Nutrição/ Projeto Horta Comunitária/Ação Cultural	Ambiental	1982
Plano de Atuação no Bairro Buenos Aires	Centro Social Urbano	Ambiental	1982
Comunidade Vila Confiança	Não identificado	Não identificado	1982

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos de estágio encontrados no acervo do Programa Memória do Serviço Social no Piauí.

No Projeto Rondon, as atividades desenvolveram-se em locais mais interioranos e periféricos divididoS em subprojetos, sendo o “Brigadas Estudantis para Trabalhos comunitários” um dos mais atuantes e que segundo o Ministério da Defesa – atual coordenador do projeto, as brigadas eram formadas por estudantes de todos os cursos das áreas da saúde, engenharia, ciências sociais e entre outras que ficavam responsáveis para a prestação de serviços nas comunidades, como palestras, cursos, oficinas que tinham como principal objetivo capacitar os cidadãos em diferentes temas e situações e assim contribuir com os relatórios para um melhor planejamento de políticas públicas (MD, 2020), Além disso, é possível analisar que as equipes que constituíam os voluntários que se destinavam a ir para os lugares onde o projeto tinha parceria, em grande parte eram médicos, dentistas, enfermeiros e assistentes sociais com atividades voltadas mais para ações de disseminação de informações e orientações. Isso é possível analisar no quadro abaixo;

Quadro II - Atividades realizadas e seus objetivos

Atividades realizadas	Objetivo da atividade	Nº de discentes
Acompanhamento da situação das comunidades	Acompanhar a situação da comunidade e contribuir para o nível de consciência crítica através das condições salariais e do trabalho	3
Ações de Saúde e Saneamento básico	Orientar e esclarecer sobre as políticas de saúde pública executadas em Teresina	Não Identificado
Acompanhamento da situação das comunidades	Orientar, contribuir e incentivar a comunidade acerca das condições de vida e trabalho	10
Acompanhamento da situação das comunidades	Orientar, contribuir e incentivar a comunidade acerca das condições de vida e trabalho	Não Identificado
Acompanhamento da situação das comunidades	Orientar e Conduzir uma consciência crítica e sobre realidade social e educacional	2
Acompanhamento da situação das comunidades	Orientar, contribuir e incentivar a comunidade acerca das condições de vida e trabalho	Não Identificado
Criação de grupos para o monitoramento sanitário do bairro	Criação de Hortas comunitárias	12

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

Controle e sistematização da criação das hortas comunitárias e reflexão da realidade social	Organização e desenvolvimentos de ações da Horta Comunitária	Não Identificado
Acompanhamento de ações do grupo de hortas comunitárias	Organização e Monitoramento do desenvolvimentos de ações da Horta Comunitária	Não Identificado
Mapeamento da área localizada e análise crítica da realidade social	Orientação e incentivo para a mobilização da busca de lutas para enfrentar a realidade social enfrentada pela comunidade	Não Identificado

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos de estágio encontrados no acervo do Programa Memória do Serviço Social no Piauí.

Diante disso, é possível observar que as ações desenvolvidas tinham caráter ainda que assistencialista, buscam socializar informações que de fato engajaram a população dos bairros e cidades onde o grupo de estudantes se mobilizaram para ir. Seguindo essa lógica, o fato de ter sido possível encontrar apenas treze documentos que fundamentaram a pesquisa evidencia uma limitação na profundidade e na diversidade das fontes consultadas, o que pode comprometer a análise crítica das ações realizadas. Nesse contexto, as principais áreas de atuação, que refletem nas políticas de habitação, saúde e meio ambiente, revelam-se características dos objetivos do Projeto Rondon.

Mesmo sendo desenvolvidas em período da vigência da autocracia burguesa, esses projetos e atividades relatadas, buscavam trazer a visão crítica tanto para as comunidades, como para os próprios estudantes, uma vez que mesmo não tendo de fato, disciplinas que tivessem um olhar ampliado para as demandas da sociedade devido a organizações das disciplinas na matriz curricular do curso, dentro das salas de aula aconteciam debates e exposições sobre essas percepções como foi possível analisar nos documentos encontrados.

Nesse ínterim, aprofundando a pesquisa sobre os cursos e projetos desenvolvidos nas UFPI pelas docentes, foi possível encontrar alguns datados de 1994 a 2001, quando as resoluções e portarias que regularizam as atividades de extensão em grande parte já eram discutidas ou já postas em vigor, como pode ser observado nas imagens abaixo, os temas abordados se diferem dos que eram tratados no Projeto Rondon:

Foto I - Projetos de Extensão

ANOS	PROJETOS EXTENSAO
1994	PIXOTE - Jornal dos Menores de Rua de Teresina UFPI e programas Comunitários para Setores Populacionais de Atendimento de Rua UFPI Frente à Questão da Violência contra a Mulher
1995	UFPI Frente à Questão da Violência contra a Mulher UFPI e programas Comunitários para Setores Populacionais de Atendimento de Menor
1996	Serviço Institucional de Orientação e Prevenção à Violência Doméstica
1997	Assessoria ao Projeto Família Viva
1998	Terceira Idade em Ação Assessoria do Projeto Família Viva
1999	Terceira Idade em Ação
2000	Terceira Idade em Ação Bom Viver - Apoio Sócio Educativo Ocupacional às Usuárias Grávidas em Tratamento clínico na Maternidade D. Evangelina Rosa
2001	Terceira Idade em Ação Guia de Serviços e Recursos Comunitários para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais ou Acometidas por Transtornos Mentais Bom Viver

Fonte: Acervo do Projeto Memória do Serviço Social

Foto II - Cursos e Seminários

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

ANOS	CURSOS E SEMINARIOS DE EXTENSAO
1996	Oficina de Trabalho: O Controle no SUS - Espaço de Construção da Cidadania Curso: Metodologia de Ação Municipal Mini-curso: História Oral e Interdisciplinaridade
1997	Seminário: A Supervisão no contexto da Prática Profissional: uma ação planejada Ciclo sobre Serviço Social na crise da Modernidade
1999	Curso: Metodologia do Trabalho Científico I Oficina de Planejamento Participativo de Currículos Curso: Representações Sociais numa Perspectiva Teórico-metodológica de Pesquisa
2000	Curso: Instrumentos e Técnicas em Processo de Trabalho do Assistente Social Curso: II Ciclo de Estudos sobre a Prática Profissional do Serviço Social na Contemporaneidade Curso: II Exposição de Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social Curso: Os pobres e a cidade: a constituição simbólica da pobreza Curso: Capacitação de Conselheiros Tutelares Curso: A Teoria da Ação Comunicativa Democrática e saúde Oficina: A LDB e a revisão Curricular do curso de Serviço Social
2001	I Semana de Serviço Social Mini-curso: Representações Sociais: uma perspectiva teórico-metodológica de Pesquisa Mini-curso: Relações de Gênero Mini-curso: gestão de Políticas Públicas e Conselhos

A extensão universitária na UFPI, assim como no curso de serviço social, não tem tantas informações, e apesar dos inúmeros desafios Costa e Pereira, (2022, p. 97) destacam que

Com todos esses desafios, infere-se que a extensão universitária acontece muito mais pelo compromisso e reconhecimento da sua importância no processo de formação profissional e para a universidade do que efetivamente pelo apoio da instituição, o que gera preocupações sobre a ampliação de novas sobrecargas e responsabilização dos docentes e discentes, sem os devidos aportes institucionais, com as demandas postas pela revisão do PPC.

Desse modo, apesar do Curso de Serviço Social ser um dos precursores na extensão universitária na universidade federal com o PTIA, além dos projetos como RONDON e CRUTAC que faziam relação com os estágios do curso, não se tem de fato, uma linha do tempo completa da história da extensão universitária no CSS da Universidade Federal do Piauí.

5. Conclusão

É perceptível que o lugar da extensão nas universidades não teve o seu caminho traçado de forma facilitada, mas que com a busca de novos conceitos e de entendimentos sobre a sua importância para com a universidade como para a sociedade, o seu processo tem seu grau de importância. Nesse contexto, no 48º Encontro Nacional do Forproex – UERJ/dez/2021, ao estabelecerem as recomendações do FORPROEX para a introdução de programas de extensão no currículo, pois expandir o currículo é um passo bem-sucedido para a universidade superar os aspectos históricos elitistas e distantes da experiência estudantil e as necessidades do mundo, a universidade celebrou a resolução do CNE dos 30 anos de luta pela extensão universitária com a Curricularização da Extensão, essa que visa estabelecer um maneira em que o diálogo entre as instituições com os demais personagens que compõem esse processo, mas sem que haja uma “receita de bolo” mas que segundo suas premissas, esse novo componente seja;

uma tarefa de toda instituição de ensino superior, envolvendo a cooperação entre Pró-reitorias de extensão, graduação, Pós-graduação, pesquisa e demais espaços coletivos; a mudança no currículo implica mudança nos componentes e registros de horas/créditos; cada instituição tem autonomia na curricularização da extensão; essa implementação é resultante da luta pela democratização do ensino superior; não implica, necessariamente no aumento da carga horária; precisa compor no

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

mínimo 10% do currículo; implica mudança de Projeto Pedagógico do Curso; pode ser operacionalizado de diversas formas, desde que amparado nas Diretrizes; impede a sobreposição de quaisquer componentes curriculares; e por fim, as atividades de extensão devem seguir a legislação nacional (FORPROEX, 2021)

Porém, sabe-se que mesmo com toda essas novas percepções para o lugar da extensão ter o seu destaque, os desmontes que envolvem a educação superior e o avanço do neoliberalismo, dificultam a total execução dessas premissas estabelecidas, trazem consigo, grandes impactos para sua eficácia, pois com os cortes de verbas ou até mesmo a tentativa de “deixá-la” de lado, focando em uma formação cada vez mais “aligeirada”, acaba por contribuir gradativamente para a sua quase extinção nos cursos universitários. Assim, por meio das pesquisas no acervo do programa de extensão “Memória do Serviço Social”, destaca-se que o curso de Serviço Social da UFPI tem promovido diversas ações e debates acerca da historicidade dentro da formação profissional e a importância de não se perder a trajetória histórica do curso na universidades e que apesar das dificuldades enfrentadas com a falta de locais adequados para a realização das atividades e até mesmo a falta de interesse, seja ela dos gestores, discentes ou docentes, acabam por enfraquecer o tripé universitário que é tão importante para a sociedade e principalmente para as universidades, ou até, a falta de reconhecimento de docentes no processo no que tange a carga horária também se torna um empecilho a ser debatido, pois muitos docentes acabam por se sobrecarregar e muitas vezes nem ganham os devidos méritos pelas horas e trabalhos destinados a elas.

Por fim, apesar de ser assegurada constitucionalmente e ter o seu processo de curricularização a ser implantado nas universidades brasileiras, a falta de incentivos financeiros e até mesmo que envolvem a participação dos indivíduos o caminho a ser percorrido ainda é longo e distante daquilo a ser alcançado como disposto na teoria.

6. ANEXOS

ANEXO I - PRIMEIRO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI

[Currículo I - 1976.pdf](#)

Fonte: Acervo do Programa Memória do Serviço Social no Piauí

7. Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Rio de Janeiro: Novembro de 1996

BRASIL. Lei nº 7732 de 14 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas e federais e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7732.htm. Acesso em 22 de Ago de 2024.

BRASIL. Lei nº 5540 de Novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Serviço Social. Brasília: MEC, 2002.

COSTA, Teresa Cristina Moura; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. DESAFIOS NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI. Capim Dourado: Diálogos em Extensão, v. 5, n. 3, p. 84-103, 2022.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GURGEL, Roberto M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação?. São Paulo: Cortez, 1968

FERRAZ, A.P. Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre a formação profissional. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica. p. 14-79.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Revista Katálysis, v. 16, p. 17-27, 2013.

MINTO, Lalo Watanabe. O sentido histórico das reformas para o ensino superior brasileiro nos anos 90 TP. 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, J. P. BRAZ, M. Economia Política. Cap. 9. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José P. Introdução ao estudo do método de Marx / José Paulo Netto. - 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MERLO, Patrícia M. S., 1987- M565s 65 anos de Extensão Universitária na UFES [recurso eletrônico] : uma trajetória de desafios e conquistas / Patrícia M. S. Merlo. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : UFES, Proex, 2019.

PRAVATO, Camila, M. Projeto Rondon e Ensino no Brasil: construção de uma aliança entre o conhecimento empírico e científico. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. 2011

RODRIGUES, Valéria Maria. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 4, 2015.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. De Córdoba aos dias atuais: a luta na UNE pela reforma universitária.2012. Disponível em: <https://www.une.org.br/2012/12/de-cordoba-aos-dias-atuais-a-l>. Acesso em 06 de Jul de 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2016. Disponível em: <https://ufpi.br/>. Acesso em: 29 de mar de 2024.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. 2017.

PARTE III – RELATO DE DEMAIS ATIVIDADES

Descrição (Seminários, Congressos, Artigos publicados, e outros)	Local (Realizado ou publicado)	Período (Data realizado ou publicado)
Participação no evento: Produção de textos acadêmicos, normalização científica	UFPI	25.09.23 / 06.10.23
Seminário de Curricularização da Extensão no Curso de Serviço Social	UFPI	25.09.23 / 06.10.23
Transcrição de Entrevistas	UFPI	Nov. de 2023 / Mar de 2024
Roda de conversa “Extensão Universitária, lutas sociais e Serviço Social: um debate necessário” com a Profa. Selma Brandão/ UFMA	Sala de video II - CCHL/UFPI	27.05.2024
Seminário apresentado no Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS)	Google Meet	19. 06.2024
Submissão de artigo no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)	ENPESS	30.08.2024
Reunião de alinhamento final com a orientadora	Coordenação de Curso	23.09.2024

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPI
--